

**Concurso público
para aquisição de viaturas para o transporte
escolar e transporte de pessoas com
mobilidade reduzida**

PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

Índice

Artigo 1º	Objeto do concurso
Artigo 2º	Entidade Adjudicante
Artigo 3º	Órgão que tomou a decisão de contratar
Artigo 4º	Critérios de Adjudicação
Artigo 5º	Consulta do processo de concurso
Artigo 6º	Órgão competente para prestar esclarecimentos e prazo
Artigo 7º	Erros e Omissões
Artigo 8º	Regras de participação
Artigo 9º	Documentos de habilitação
Artigo 10º	Documentos que constituem as propostas
Artigo 11º	Apresentação de propostas variantes
Artigo 12º	Prazo para apresentação de propostas
Artigo 13º	Manutenção das propostas
Artigo 14º	Leilão eletrónico
Artigo 15º	Caução para garantir o cumprimento das obrigações
Artigo 16º	Preço base
Artigo 17º	Preço contratual
Artigo 18º	Contrato
Artigo 19º	Condições de pagamento e faturação
Artigo 20º	Preço anormalmente baixo
Artigo 21º	Prazo da prestação do fornecimento
Artigo 22º	Sanções contratuais
Artigo 23º	Modalidade jurídica
Artigo 24º	Resolução do contrato
Artigo 25º	Foro competente
Artigo 26º	Legislação aplicável

Artigo 1º

Objeto do concurso

O presente concurso público tem por objeto a celebração de um contrato para fornecimento viaturas ligeiras de passageiros para o transporte escolar e para transporte de pessoas com mobilidade reduzida.

Artigo 2º

Entidade Adjudicante

1 - A entidade adjudicante é o Município de Tondela, Largo da República, 16 – 3461 - 001 Tondela telefone 232 811110, fax 232 811120 , com o endereço eletrónico geral@cm-tondela.pt plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante no site www.acingov.pt

Artigo 3º

Órgão que tomou a decisão de contratar

A decisão de contratar foi tomada por despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Tondela, datada de 22 de maio de dois mil e dezassete.

Artigo 4º

Critérios de adjudicação

A adjudicação é feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, para a entidade adjudicante, nos termos da Alínea a) do n.º 1 do Artigo 74.º do Código dos

Programa de procedimento – aquisição de viaturas

Contratos Públicos, tendo em conta os fatores Preço da Proposta (PP) o fator Valorização Económica Ambiental (VEA) e o fator Prazo de Entrega (PE), ponderados pela seguinte fórmula matemática:

$$P=0,4XPP + 0,3xVEA +0,3xPE$$

Em que:

P – PONTUAÇÃO DA PROPOSTA ECONOMICAMENTE MAIS VANTAJOSA

PP – PONDERAÇÃO DO FATOR PREÇO DA PROPOSTA

VEA – PONDERAÇÃO DO FATOR VALORIZAÇÃO ECONÓMICA AMBIENTAL

PE – PONDERAÇÃO DO FATOR PRAZO DE ENTREGA

A ponderação do fator Preço da Proposta (PP) resulta da seguinte fórmula matemática:

$$PP = \frac{\text{Valor da Proposta mais baixa}}{\text{Valor da Proposta em análise}} \times 100$$

O Fator Valorização Económica Ambiental (VEA) terá em conta os seguintes Subfatores:

A – Desempenho Ambiental (DA)

B - Extensão de Garantia (EG)

C – Combustível em Circuito Misto (CCM)

A ponderação do fator Valorização Económica Ambiental (VEA) resulta da seguinte

Programa de procedimento – aquisição de viaturas

fórmula matemática:

$$VEA = 0,40 \cdot DA + 0,40 \cdot EG + 0,20 \cdot CCM$$

Em que:

Subfator A- Desempenho Ambiental (DA)

- a) Até 165 gr/CO₂ ----- 100 pontos
- b) Superior a 165 até 170 gr/CO₂----- 90 pontos
- c) Superior a 170 até 180 gr/CO₂----- 80 pontos
- d) Superior a 180 gr/CO₂----- 70 pontos

Subfator B- Extensão de Garantia (EG)

- a) Até 2 anos -----50 pontos
- b) Superior a 2 anos até 4 anos -----60 pontos
- c) Superior a 4 anos até 6 anos -----80 pontos
- d) Superior a 6 anos -----100 pontos

Subfator C - Combustível em Circuito Misto (CCM)

- a) Até 6,5 l/100Km -----100 pontos
- a) Superior a 6,5 l/100Km até 7 l/100Km -----80 pontos
- a) Superior a 7 l/100Km-----50 pontos

A ponderação do fator Prazo de Entrega (PE) resulta da seguinte fórmula matemática:

$$PE = 1,00 * PEP$$

Em que:

Subfator A – Prazo de entrega proposto em dias seguidos (PEP)

- a) Até 30 dias -----100 pontos
- b) De 31 a 60 dias -----50 pontos
- c) De 61 a 75 dias -----25 pontos
- d) De 76 a 90 dias -----10 pontos

Artigo 5º

Consulta do processo de concurso

- 1- O Programa de Procedimento e o Caderno de Encargos do presente Concurso Público encontram-se disponíveis, para consulta na Secção de Contratação Pública da Câmara Municipal de Tondela, com o endereço eletrónico www.obraspublicas@cm-tondela.pt, onde podem ser examinados das 9h00 às 17h00, desde o dia da publicação do anúncio no Diário da República.
- 2 - Será da responsabilidade dos interessados a verificação e comparação das cópias com os elementos do processo.

Artigo 6º

Órgão competente para prestar esclarecimentos e prazo

Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do

procedimento são da competência do júri do procedimento. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento devem ser solicitados pelos interessados, por escrito, dentro do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, devendo ser colocados na plataforma eletrónica em local próprio, disponível para o efeito. Os esclarecimentos e as retificações serão prestados pelo Júri, na plataforma eletrónica, até ao fim do segundo terço do prazo para apresentação das propostas.

Os esclarecimentos e as retificações acima referidas fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito, prevalecendo sobre estas em caso de divergência.

ARTIGO 7.º

Erros e omissões

1– Para os efeitos do disposto no presente Código, são erros e omissões do caderno de encargos:

a) Os que digam respeito a:

- i)** Aspetos ou dados que se revelem desconformes com a realidade;
- ii)** Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessários à integral execução do objeto contrato a celebrar; ou
- iii)** Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar que o interessado não considere exequíveis;

b) Erros e omissões do projeto de execução que não se incluam na alínea anterior.

2 – Até ao termo do quinto sexto do prazo fixado para a apresentação de propostas, os interessados devem apresentar ao júri uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e omissões do Caderno de Encargos detetados, com exceção

dos referidos na alínea b) do número anterior e daqueles que por eles apenas pudessem ser detetados na fase de execução do contrato, atuando com a diligência objetivamente exigível em face das circunstâncias concretas.

3 – A apresentação da lista referida no número anterior, por qualquer interessado suspende o prazo fixado apresentação das propostas desde o termo do quinto sexto daquele prazo até à publicação da decisão prevista no n.º 5 ou, não havendo decisão expressa, até ao termo do mesmo prazo.

4 – A suspensão prevista no número anterior pode ser mantida pelo órgão competente para a decisão de contratar por um período único de, no máximo, mais 60 dias contínuos, o qual não pode ser sujeito a prorrogação.

5 – Até ao termo do prazo fixado para a apresentação de propostas ou, no caso previsto no n.º 4, até ao termo do período de manutenção da suspensão daquele prazo, o órgão competente para a decisão de contratar deve pronunciar-se sobre os erros e omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que não sejam por ele expressamente aceites.

6 – O órgão competente para a decisão de contratar deve identificar os termos do suprimento de cada um dos erros ou das omissões aceites nos termos do disposto no número anterior.

7 – As listas com a identificação dos erros e das omissões detetados pelos interessados, bem como as decisões previstas nos n.º 4 a 6.º, são publicitadas em plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante e juntas às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, devendo todos os interessados que as tenham adquirido ser imediatamente notificados do facto.

ARTIGO 8.º

Regras de participação

1 – Requisitos de acesso à plataforma eletrónica:

- a) A participação no concurso depende de prévia inscrição no procedimento “Concurso” a ser efetuada no portal www.acingov.pt
- b) Após inscrição e validação da documentação solicitada, será obtido o acesso necessário para efeitos de consulta das peças processuais.

ARTIGO 9.º

Documentos de habilitação

- 1 – Declaração emitida conforme o modelo constante do Anexo II do CCP, assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar, de acordo com a certidão da conservatória do registo comercial, que também deve apresentar.
- 2 – Documento comprovativo de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b),d), e) e i) do art.º 55.º do CCP.

Artigo 10º

Documentos que constituem as propostas

- 1-Além dos documentos referidos nas alíneas a) e b) do nº 1 do artigo 57 do Código dos Contratos Públicos, (CCP) as propostas devem ser constituídas pelos seguintes documentos:

Programa de procedimento – aquisição de viaturas

- a) Certidão Permanente
- b) Documento que contenha os esclarecimentos justificativos da apresentação de um preço anormalmente baixo, quando esse preço resulte direta ou indiretamente das peças do procedimento.
- c) Documentação homologada com as características técnicas mencionadas nas cláusulas técnicas do Caderno de Encargos.

2-As propostas, bem como os documentos que as acompanham, devem ser redigidas em língua portuguesa ou, não o sendo, devem ser acompanhados de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declara aceitar a sua prevalência, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais.

3- A declaração da alínea a) do nº 1 do artigo 57 do CCP deve cumprir com o exigido no nº 4 e 5 do mesmo artigo conforme o caso.

Artigo 11º

Apresentação de propostas variantes

Não é admissível a apresentação de propostas variantes.

Artigo 12º

Prazo para apresentação das propostas

1- As propostas devem ser apresentadas até às 23H59 do quadragésimo dia (40) a contar da data de envio para publicação do anúncio do Diário da República, no

referido portal utilizado pelo Município de Tondela, www.acingov.pt

2- As propostas e os documentos que as acompanham devem ser entregues através da plataforma eletrónica, até à data e hora definidas no número anterior. Os concorrentes devem prever o tempo necessário para a inserção das propostas e documentos que as acompanham, bem como para a sua assinatura eletrónica, em função do tipo de acesso à Internet de que dispõem, uma vez que todo esse processo só será permitido até à hora referida no número anterior.

Artigo 13º

Manutenção de propostas

Os concorrentes ficam obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de sessenta e seis dias (66) contados da data do termo do prazo fixado para apresentação das propostas.

Artigo 14

Leilão Eletrónico

Não há lugar a leilão eletrónico.

Artigo 15º

Caução para garantir o cumprimento das obrigações

Não admissível.

Artigo 16º

Preço base

Pelo fornecimento objeto do contrato a celebrar, a Câmara Municipal dispõe-se a pagar ao fornecedor o preço base de **640 849,53€**, acrescido de IVA à taxa legal.

Artigo 17º

Preço Contratual

Pelo fornecimento objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, a Câmara Municipal deve pagar ao fornecedor o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal, se este for legalmente devido.

Artigo 18.º

Contrato

Será celebrado contrato escrito nos termos do artigo 94.º do CCP.

A formação e a formalização do texto do mesmo obedecerão ao procedimento descrito nos artigos 94.º a 106.º do CCP.

Artigo 19º

Condições de pagamento e faturação

O pagamento será efetuado até 60 (sessenta) dias após a receção das respetivas faturas,

Programa de procedimento – aquisição de viaturas

as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.

1. O Adjudicatário apresentará a fatura acompanhada de todos os elementos descritivos e justificativos que permitam a sua conferência.
2. Serão deduzidas, no pagamento a fazer ao Adjudicatário, as importâncias necessárias á liquidação das sanções contratuais que lhe tenham sido aplicadas.
3. Caso a fatura apresentada não mereça aprovação da Entidade Adjudicante, porque não esteja conforme com o contratado, esta comunicará tal decisão ao Adjudicatário que deverá apresentar outra em substituição, devidamente corrigida.

A fatura deverá incluir os seguintes elementos:

- Descrição, referindo o(s) documento(s) que a suportam; Incidência do IVA, em separado;
- Documentação de suporte;
- Emissão em nome de Município de Tondela;
- Número sequencial de compromisso.

Artigo 20º

Preço anormalmente baixo

Considera-se que o preço total resultante da proposta **é anormalmente baixo quando seja 15% ou mais inferior ao preço base fixado no Caderno de Encargos.**

Artigo 21º

Prazo da prestação do fornecimento

1. O prazo global para a entrega do objeto deste procedimento é de 90 dias contados da data de notificação da adjudicação.
2. Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Artigo 22º

Sanções contratuais

1. Pelo Incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a Câmara Municipal de Tondela pode **exigir do adjudicatário** o pagamento de uma pena pecuniária, consequente ao incumprimento dos prazos de entrega propostos, no objeto do fornecimento. Essa penalização será de 500,00€ por viatura, por cada dia de atraso.

Artigo 23º

Modalidade jurídica do agrupamento adjudicatário

Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento adjudicatário, e apenas estes, devem associar-se antes da celebração do contrato, na modalidade de Consórcio.

Artigo 24º

Resolução do contrato

1. O Incumprimento do Contrato por qualquer das Partes contratantes, dará à Parte não faltoso o direito de o resolver nos termos gerais do direito.

2. Para efeitos do número anterior, a Entidade Adjudicante notificará por escrito o Adjudicatário para sanar as deficiências assinaladas no prazo de 5 (cinco) dias úteis.
3. Não se verificando sanadas as deficiências notificadas, a Entidade Adjudicante poderá resolver então o contrato, operando-se a resolução na data da receção da referida notificação.
4. O incumprimento do prazo para a prestação de serviços dá direito à Entidade Adjudicante de proceder à resolução automática do presente contrato operando-se esta resolução na data de receção da notificação por parte do Adjudicatário.
5. Com a receção da notificação o Adjudicatário deve iniciar, de imediato, todas as diligências que lhe permitam cessar a prestação.
6. Caso a Entidade Adjudicante venha a resolver o Contrato, o Adjudicatário deverá indemnizar a Entidade Adjudicante pelo valor dos danos e prejuízos a este causados em virtude do comportamento faltoso.
7. A resolução do Contrato, por qualquer razão, não prejudicará ou afetará os direitos constituídos e os deveres e responsabilidades assumidas por qualquer dos outorgantes.

Artigo 25º

Foro competente

1. No caso de divergência relativo à interpretação, execução ou cumprimento de obrigações emergentes do presente Contrato, os Outorgantes, obrigam-se a procurar uma solução consensual.
2. Qualquer litígio ou diferendo será submetido à apreciação dos responsáveis máximos dos Outorgantes, que envidarão todos os esforços para obter uma solução consensual.
Se no prazo de 30 dias após o início da situação de diferendo, se frustrar a tentativa

de resolução referida no número anterior, o litígio ou diferendo será decidido por recurso ao Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu, com renúncia expressa a qualquer outro.

Artigo 26º

Legislação aplicável

A tudo o que não esteja especialmente previsto nas peças concursais, aplica-se o regime previsto no Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de Janeiro.